

EÓLICA SANTO AGOSTINHO 26 S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

CNPJ nº 23.079.885/0001-61

NIRE nº 42 3 0005308-2

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis - SC - 88025-255



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Eólica Santo Agostinho 26 S.A. (“Santo Agostinho 26” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2024. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Santo Agostinho 26 é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Geradora Eólica Santo Agostinho 26, com capacidade instalada de 43,4 MW e garantia física de 23,9 MWm, localizada entre os municípios de Lajes e Pedro Avelino, no Estado do Rio Grande do Norte.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia” ou “ENGIE”), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Santo Agostinho Participações S.A., uma holding controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e trading de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2024, o cenário econômico global teve crescimento superior a 2023, devido à redução das taxas de inflação e dos juros pelos bancos centrais dos EUA e Europa. Porém, conflitos geopolíticos mantêm a instabilidade, com riscos de novas altas inflacionárias.

No Brasil, o PIB cresceu 3,4%, impulsionado pelo setor de serviços e aumento de gastos públicos. O desemprego atingiu o menor nível histórico. No entanto, a inflação superou o teto da meta, devido ao aumento da demanda, seca, preço dos alimentos e valorização do dólar, que encerrou o ano em R\$ 6,19. O Banco Central aumentou a taxa Selic para conter a inflação e prevê novos aumentos para 2025.

4. Implantação

Em 2024 a geração bruta da Companhia alcançou 80,3 GWh, desempenho 498,6% superior à observada em 2023, que foi de 13,4 GWh%.

O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, em 2024 atingiu 71,8%, 5,9 p.p. superior ao obtido em 2023, de 65,9%.

Em agosto de 2024, o Conjunto Eólico Santo Agostinho, do qual a Companhia faz parte, foi finalizado, entrando 100% em operação comercial, o que justifica o crescimento de produção frente ao registrado em 2023, quando parte do Conjunto ainda estava em fase de implantação.



5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2024	2023	Varição	Varição %
Receita operacional líquida	57.006	5.164	51.842	1.003,9
Lucro bruto	46.562	2.061	44.501	2.159,2
Margem bruta	81,7%	39,9%		5 p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	46.355	1.875	44.480	2.372,3
Ebitda (Lajida) ¹	50.272	1.875	48.397	2.581,2
Margem Ebitda (Lajida)	88,2%	36,3%		13,3 p.p.
Resultado financeiro	(5.676)	(45)	(5.631)	12.513,3
Lucro líquido do exercício	32.486	1.569	30.917	1.970,5

¹Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: o aumento decorreu, pelo aumento na geração de energia entre o exercício comparado, tendo em vista a entrada em operação comercial da Companhia em outubro de 2023.

Lucro bruto, resultado do serviço e Ebitda: o aumento é motivado, principalmente, pelo aumento da receita operacional líquida e parcialmente atenuado pelo aumento dos custos do serviço de terceiros.

Lucro líquido do exercício: aumento motivado pelos efeitos anteriormente citados.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2024.

8. Agradecimentos

A Administração da Eólica Santo Agostinho 26 S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2024.

A Administração

EÓLICA SANTO AGOSTINHO 26 S.A.
CNPJ Nº 23.079.885/0001-61| NIRE Nº 42 3 0005308-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.248	3.076
Contas a receber de clientes	5	4.284	4.091
Outros ativos circulantes		439	553
		20.971	7.720
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos vinculados	6	1.829	1.787
Outros ativos não circulantes		(1)	1
		1.828	1.788
Imobilizado	7	243.355	218.996
Intangível		66	67
		245.249	220.851
TOTAL		266.220	228.571
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	1.715	329
Financiamento	10	3.490	3.333
Dividendos	11	7.693	-
Outros passivos circulantes		1.105	462
		14.003	4.124
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	564	196
Financiamento	10	66.145	66.194
Provisão para desmobilização		2.658	-
		69.367	66.390
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	11		
Capital social		158.144	158.144
Reservas de lucros		1.620	-
Dividendos adicionais propostos		23.086	-
Prejuízos acumulados		-	(87)
		182.850	158.057
TOTAL		266.220	228.571

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SANTO AGOSTINHO 26 S.A.
CNPJ Nº 23.079.885/0001-61| NIRE Nº 42 3 0005308-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	57.006	5.164
CUSTOS OPERACIONAIS			
Depreciação e amortização	7	(3.917)	-
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(2.950)	(3.080)
Serviços de terceiros		(1.151)	(4)
Outros		(2.426)	(19)
		(10.444)	(3.103)
LUCRO BRUTO		46.562	2.061
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas			
Serviços de terceiros		(207)	(186)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		46.355	1.875
RESULTADO FINANCEIRO			
Renda de aplicações financeiras		583	-
Renda de depósitos vinculados		190	11
Outras receitas financeiras, líquidas		28	-
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(6.374)	-
Encargos sobre tributos		-	(2)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização		(42)	-
Outras despesas financeiras, líquidas		(61)	(54)
		(5.676)	(45)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		40.679	1.830
Imposto de renda e contribuição social correntes			
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(8.193)	(261)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		32.486	1.569

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	32.486	1.569
Outros resultados abrangentes que no futuro serão reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxo de caixa		
Ganhos líquidos não realizados originados no exercício	-	2.641
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	32.486	4.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SANTO AGOSTINHO 26 S.A.
CNPJ Nº 23.079.885/0001-61 | NIRE Nº 42 3 0005308-2
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31.12.2022		44.444	-	(2.641)	-	(1.656)	40.147
Aumento de capital		113.700	-	-	-	-	113.700
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	1.569	1.569
Hedge de fluxo de caixa, líquido dos impostos		-	-	2.641	-	-	2.641
Saldos em 31.12.2023	11	158.144	-	-	-	(87)	158.057
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	32.486	32.486
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	1.620	-	-	(1.620)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(7.693)	(7.693)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	23.086	(23.086)	-
Saldos em 31.12.2024	11	158.144	1.620	-	23.086	-	182.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SANTO AGOSTINHO 26 S.A.
CNPJ Nº 23.079.885/0001-61| NIRE Nº 42 3 0005308-2
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	40.679	1.830
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	3.917	-
Juros sobre depósitos vinculados ao serviço da dívida	(190)	(11)
Juros e variação monetária sobre financiamento	6.374	-
Encargos sobre tributos	-	2
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	42	-
Outros	1	-
Resultado antes dos tributos ajustado	50.823	1.821
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(193)	(4.091)
Outros ativos	1	(433)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	99	234
Outros passivos	477	237
Caixa gerado (utilizado) nas operações	51.207	(2.232)
Pagamentos de juros sobre financiamento	(4.274)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(7.890)	(49)
Caixa líquido das atividades operacionais	39.043	(2.281)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(22.692)	(116.225)
Caixa líquido das atividades de investimento	(22.692)	(116.225)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	113.700
Pagamento de financiamento	(3.327)	-
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	148	(1.777)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(3.179)	111.923
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	13.172	(6.583)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	3.076	9.659
Saldo final	16.248	3.076
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	13.172	(6.583)
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa		
Fornecedores de imobilizado	1.206	26
Juros de arrendamentos capitalizados	4	12
Depreciação de arrendamentos capitalizada	-	(12)
Juros e variação monetária de financiamento capitalizados	1.335	7.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SANTO AGOSTINHO 26 S.A.
CNPJ Nº 23.079.885/0001-61| NIRE Nº 42 3 0005308-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Santo Agostinho 26 S.A. (“Santo Agostinho 26” ou “Companhia”), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 17.08.2015, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração da Usina Eólica Santo Agostinho 26, bem como a implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir e ter participações em consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia pertence ao Conjunto Eólico Santo Agostinho – Fase I – (CESA). Em 15.01.2021, foi assinado contrato para o fornecimento de aerogeradores, viabilizando o início da implantação deste Conjunto, cuja capacidade instalada é de 434,0 MW. A Eólica Santo Agostinho 26 S.A. (“Santo Agostinho 26” ou “Companhia”) possui potência de 43,4 MW e capacidade comercial de 23,2 MWm, sendo sua energia totalmente direcionada para contratação no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Usina está localizada nos municípios de Lajes e Pedro Avelino, a aproximadamente 120 km da Cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Santo Agostinho, com participação de 10,00%. O Consórcio Santo Agostinho é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE”).

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 07.04.2024.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de autorização de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

b.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

b.2) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento.

b.3) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

b.4) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização das usinas pertencentes às controladas da Companhia são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

c) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

f) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

h) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Santo Agostinho (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

i) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; e (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

j) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2024. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23			
Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24			
Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Sem impactos relevantes.

a) Novas normas, alterações, interpretações e orientações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2025, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27			
Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10			
A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3)			
As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e depósitos bancários à vista	112	1.416
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	16.136	1.660
	16.248	3.076

A Companhia é participante do fundo de Investimento Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE) de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo em 2024 e 2023 foi de cerca de 99,6% e 99,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários).

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R\$ 4.284 (R\$ 4.091 em 31.12.2023) correspondem a contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2045, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. Em 31.12.2024 e 31.12.2023 a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber.

NOTA 6. DEPÓSITO VINCULADOS

Em 31.12.2024, a Companhia mantinha R\$ 1.829 (R\$ 1.787 em 31.12.2023) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7. IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2024			31.12.2023	
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,9%	234.703	(3.736)	230.967	-
Edificação e benfeitorias	3,4%	11.865	(168)	11.697	-
Móveis e utensílios	6,2%	35	(1)	34	-
Direito de uso de arrendamentos	4,6%	661	(55)	606	196
		247.264	(3.960)	243.304	196
Em curso					
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	153.210
Máquinas e equipamentos		50	-	50	20.772
Edificações e benfeitorias		-	-	-	9.366
Reservatórios, barragens e adutoras		-	-	-	109
Outros a Ratear		1	-	1	35.343
		51	-	51	218.800
		247.315	(3.960)	243.355	218.996

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Móveis e Utensílios	Direito de uso de arrendamentos	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31.12.2022	-	-	-	208	95.335	95.543
Ingressos	-	-	-	-	116.259	116.259
Juros, V.M. ¹ e depreciação capitalizados	-	-	-	-	7.206	7.206
Depreciação capitalizada	-	-	-	(12)	-	(12)
Saldo em 31.12.2023	-	-	-	196	218.800	218.996
Ingressos	-	-	-	-	23.901	23.901
Desmobilização	2.618	-	-	-	-	2.618
Remensuração	-	-	-	422	-	422
Juros, V.M. ¹ e depreciação capitalizados	-	-	-	-	1.335	1.335
Transferências	232.086	11.865	34	-	(243.985)	-
Depreciação	(3.737)	(168)	-	(12)	-	(3.917)
Saldo em 31.12.2024	230.967	11.697	34	606	51	243.355

(1) V.M.: Variação monetária

c) Provisão para desmobilização

Em 2024, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus parques eólicos, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2024 era de R\$ 2.658, a variação do saldo é decorrente de (i) constituição de provisão de desmobilização de R\$ 2.618 e (ii) juros e variação monetária de R\$ 40 registrada no resultado de 31.12.2024.

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Usina Eólica Santo Agostinho 26, com capacidade instalada de 43,4 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de maio de 2021.

NOTA 8. FORNECEDORES

	31.12.2024	31.12.2023
Arrendamentos a pagar	703	222
Fornecedores de imobilizado	1.245	39
Encargos de uso da rede elétrica	251	242
Fornecedores de materiais e serviços	80	22
	2.279	525
Passivo circulante	1.715	329
Passivo não circulante	564	196
	2.279	525

NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Estes riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro da ENGIE Brasil Energia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

O risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o seguinte:

a.1) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e/ou índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A Companhia apresenta uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos a riscos da variação de taxas de juros e/ou de índices flutuantes. O cenário-base provável para 31.12.2025 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

Risco de variação	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2024	2025	Provável	$\Delta + 25\%$ (1)	Administração
IPCA	4,8%	4,9%	0,1 p.p.	1,2 p.p.	-0,4 p.p.

(1) Variações sobre o cenário provável de 2025.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices dos últimos 12 meses, observados em 31.12.2024, e os previstos no cenário provável dos próximos 12 meses, a findar em 31.12.2025 e demonstram os eventuais impactos adicional em 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado, e conseqüentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) das estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e/ou índices flutuantes para os próximos, são estas:

Financiamento	Saldo em 31.12.2024	Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
IPCA	69.635	(67)	(771)	231

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2024	31.12.2023
Dívida	69.635	69.527
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(1.829)	(1.787)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(16.248)	(3.076)
Dívida líquida	51.558	64.664
Patrimônio líquido	182.850	158.057
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	0,3	0,4

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2024, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2024. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	1.651	668	668	3.923	6.910
Financiamento	3.490	13.195	12.402	82.024	111.111
	5.141	13.863	13.070	85.947	118.021

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2024	31.12.2023
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	16.136	1.660
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	112	1.416
Contas a receber de clientes	4.284	4.091
Depósitos vinculados	1.829	1.787

	22.361	8.954
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	2.279	525
Financiamento	69.635	69.527
	71.914	70.052

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10. FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Total
Saldos em 31.12.2022	62.321
Juros e variação monetária capitalizada	7.206
Saldos em 31.12.2023	69.527
Juros e variação monetária	6.374
Juros e variação monetária capitalizados	1.335
Amortização do principal	(3.327)
Amortização de juros	(4.274)
Saldos em 31.12.2024	69.635
Classificação no balanço patrimonial	
Passivo circulante	3.489
Passivo não circulante	66.146
	69.635

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2026	2.689
2027	2.689
2028	2.689
2029	2.689
2030	2.689
2031 a 2035	13.926
2036 a 2045	38.774
	66.145

c) Condições contratadas

	Encargos	Condições de pagamento	
		Vencimento	Principal e encargos
BNDES - Santo Agostinho	IPCA + 6,16% a.a.	11.2045	Mensais

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta Santo Agostinho Participações S.A. e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ $\geq 1,25$

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido em contrato.

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2024 era de R\$ 158.144 (R\$ 158.144 em 31.12.2023), totalmente subscrito e integralizado, representado por 158.143.780 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 158.143.779 pertencem à controladora Santo Agostinho Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício. No exercício de 2024, a Companhia distribuiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 7.693.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída com a finalidade de financiar os investimentos no parque gerador da Companhia. No exercício de 2024 não houve constituição de reserva de retenção de lucros.

d) Dividendos adicionais propostos

Em 31.12.2024, a Companhia encaminhou para aprovação a proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2024, no valor R\$ 23.086.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Dessa forma, esses dividendos estão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada “Dividendos adicionais propostos”, até a sua aprovação pela AGO.

NOTA 12. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados:

	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ECV	37.029	5.359
Outras receitas	1.404	-
	38.433	5.359
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(1.403)	(195)
OUTRAS RECEITAS		
Indenizações	19.976	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	57.006	5.164

A receita auferida é oriunda de indenizações por descumprimentos de condições contratuais incorridos pelo fornecedor responsável pela construção do Conjunto Eólico Santo Agostinho, substancialmente relacionada ao atraso na conclusão da obra. Para a Companhia, o valor registrado foi de R\$ 19.976. O valor reconhecido está estipulado em contrato e foi apurado de forma a compensar a Companhia pela receita não auferida em consequência do adiamento do cronograma da entrada em operação.

NOTA 13. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia apurou os impostos sobre o regime de lucro presumido:

	2024		2023	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	38.433	38.433	5.359	5.359
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	3.075	4.612	429	643
Receita financeira	685	685	136	136
Indenização	19.976	19.976	-	-
Outros	24	24	296	-
Base de cálculo	23.760	25.297	861	779
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(5.940)	(2.277)	(215)	(70)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	(5.916)	(2.277)	(191)	(70)

NOTA 14. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2024, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 87.830.

b) Contrato de operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até junho de 2049. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2024, era de R\$ 31.563.

NOTA 15. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R\$ 2.134.000 e R\$ 312.563, respectivamente, na data base de 31.12.2024.

NOTA 16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	
	Contas a receber	Fornecedores	Receita operacional líquida	Serviços de terceiros
ECV	4.284	-	37.029	-
ENGIE	-	15	-	177
31.12.2024	4.284	15	37.029	177

a) Venda e compra de energia entre partes relacionadas

A Companhia mantém contrato com a parte relacionada ECV, com vencimento em 2045, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. O compromisso futuro deste contrato em 31.12.2024 é de R\$ 733.084. Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão apresentados na Nota 5 – Contas a receber de clientes e Nota 12 – Conciliação da receita operacional líquida.

b) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024, da Eólica Santo Agostinho 26 S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa e Financeira

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Márcio dos Santos Rosa
CRC SC 023609/O-7



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Eólica Santo Agostinho 26 S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Eólica Santo Agostinho 26 S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade



**Shape the future
with confidence**

operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 07 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F



Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O